
Um construtor nacional: o General Edmundo de Macedo Soares e a montagem da grande siderurgia no Brasil

*Alexandre Avelar**

Resumo: O presente artigo se propõe a apresentar o processo de implementação da grande siderurgia brasileira nos anos 30 e 40 a partir da atuação de um de seus mais destacados protagonistas, o General Edmundo de Macedo Soares. Daremos destaque às discussões no interior das diversas comissões encarregadas de estudar o chamado problema siderúrgico nacional, bem como as complexas negociações juntos aos Estados Unidos para a obtenção de financiamento ao projeto brasileiro. Em todos esses momentos, a importância de Macedo Soares se mostrou decisiva.

Palavras-chave: biografia, Macedo Soares e siderurgia.

Abstract: This article aims at presenting the implementation process of Brazil's important siderurgy in the 30s and 40s based on the performance of one of its most outstanding protagonists, General Edmundo de Macedo Soares. The discussions inside the several commissions in charge of studying the so-called national siderurgic problem are emphasized, as well as the complex negotiations with the United States to get financing for the Brazilian project. In all these moments the importance of Macedo Soares proved to be decisive.

Key words: biography, Macedo Soares, siderurgy.

A recuperação da biografia histórica

A retomada do prestígio da biografia constitui-se em um dos elementos centrais do debate historiográfico a partir dos anos 70. Relegada ao ostracismo pelos *Annales*, vista como exemplo clássico de uma história política positivista e exaltadora de grandes destinos individuais, a biografia parece ter recuperado, definitivamente, seu lugar entre as preocupações dos historiadores. Várias direções de análise são importantes na compreensão desse retorno do gênero biográfico. Tentaremos, sumariamente, apontar algumas delas.

* Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense (UFF).
E-mail: alexandre.avelar@uol.com.br

Ligado ao interesse cada vez maior por trajetórias individuais há um certo desencanto com o modelo de história estrutural proposto pelos *Annales*. Os críticos da história total argumentavam que a predileção pelo estudo de temporalidades mais longas a partir de uma documentação densa e a mais quantitativa possível escondia os agentes sociais em estruturas que tudo abarcam e explicam. Perdia-se de vista seus cotidianos, suas relações de sociabilidade e as formas pelas quais as pessoas comuns organizam suas vidas e contribuem para a construção do todo social. Trabalhos de historiadores ligados à micro-história ajudaram na reproblemática da biografia. Partindo da crítica à história social totalizante, marxista ou não, os micro-historiadores preocuparam-se em refazer trajetórias individuais a partir de uma mudança na escala de análise. Com base em um destino particular, procuraram reconstruir a multiplicidade de tempos, espaços e relações nas quais esse indivíduo está inscrito. O projeto é ambicioso: trata-se de construir uma nova história social tendo como base a descrição densa da vida de um homem ou de pequenos grupos de homens.

A história política foi outro campo onde a biografia ganhou novo fôlego. Após décadas de marginalização, a dimensão política do discurso histórico começa a se desvencilhar da acusação de ser um simples reflexo da estrutura sócio-econômica, conquistando espaços autônomos dentro dos estudos que criticavam os abusos cientificistas da história totalizante. Os historiadores que se posicionaram em favor do restabelecimento do político nos estudos históricos não deixaram, contudo, de adotar esquemas interpretativos e perspectivas teóricas caras aos *Annales*. Buscaram integrar a política em quadros de referência mais amplos da vida social a partir de preocupações com a explicação de fenômenos globais em uma perspectiva de longa duração. René Remond já alertava para o fato de que a nova história política não poderia se furtar ao contato com as outras disciplinas e muito menos ao manejo de dados quantitativos e seriais.

Em uma nova dimensão teórico-metodológica, a biografia permite ao historiador escapar das explicações simplistas dos fenômenos políticos e verificar a dimensão subjetiva dos processos institucionais estudados. Atenta aos processos de tomada de decisões, a biografia “permitiria não só perceber as margens de liberdade e de constringimento no interior das quais os indivíduos se moviam, como refletir sobre os limites da racionalidade do ator histórico” (Motta, 2000, p. 9).

Assim, acreditamos que a recuperação dos estudos biográficos relaciona-se com mudanças epistemológicas decisivas no seio da historiografia a partir da década de 70. Tendo como pano de fundo as críticas às meta-narrativas marxista e estruturalista, o *return* do gênero biográfico envolve

uma discussão profunda de temas centrais do debate historiográfico atual e uma nova escrita da história dentro de novas preocupações sobre o homem, tempo, espaço e relações sociais.

Os anos de formação de Macedo Soares e a questão siderúrgica no governo Vargas

A construção de uma usina siderúrgica de grande porte em território nacional passa a ser o grande tema da economia brasileira após 1930. Ainda durante a campanha eleitoral da Aliança Liberal, Vargas referiu-se à necessidade de ampliação da produção de produtos siderúrgicos sob a dupla justificativa: defesa militar e independência econômica. Um empreendimento de tal monta deveria ter uma solução especificamente nacional, não devendo ficar “à mercê de estrangeiros” (Vargas, 1939, p. 4).

Durante a disputa envolvendo Getúlio Vargas e o paulista Júlio Prestes, representante do tradicional domínio político exercido pelas oligarquias cafeeiras paulistas, o então Tenente Edmundo de Macedo Soares vivia um dos momentos definidores de sua futura trajetória pública. Exilado em Paris após ser preso por envolvimento com conspirações tenentistas, o jovem militar começa a estudar engenharia metalúrgica, vindo a ser um dos mais respeitados profissionais desse campo que, no Brasil, contava apenas com uma escola de formação em Ouro Preto.

A partida para o Exterior e os estudos de engenharia metalúrgica não devem ser vistos como lances de uma trajetória retilínea, de uma biografia sem imprevistos ou reviravoltas em direção à realização de um projeto dentro de uma existência coerente. Se assim ocorresse, deveríamos tão-somente estabelecer um encadeamento cronológico para os fatos de uma vida linear com começo, meio e fim perfeitamente unidirecionais. Aproveitando a crítica de Pierre Bourdieu a respeito dessa “ilusão biográfica”, ou seja, a utilização da narrativa biográfica como mera prova de um sentido criado para a vida humana, Sabina Loriga (1998, p. 246) pensa que “enclausurar a existência (como freqüentemente o fazem os historiadores) em busca de uma improvável unidade de sentido revela uma ingenuidade imperdoável”.

A opção de Macedo Soares pela engenharia metalúrgica não nasceu de uma aptidão inata, uma vocação que desde a infância já apontava para uma carreira determinada. O mesmo se pode afirmar de sua formação de militar do Exército. Nesse último caso, a decisão de ingressar no Colégio Militar em 1912, com 11 anos de idade, foi motivada pela dificuldade financeira da família em adquirir o enxoval necessário à Marinha. Desde o falecimento de seu pai em 1908, o jovem Macedo Soares tivera toda sua

criação sob os cuidados da mãe. Quanto aos estudos no Exterior, tampouco podemos falar em algum plano de vida. Mesmo já sendo formado oficial de engenharia pelo Exército, a decisão de se dedicar à metalurgia fora do Brasil foi resultado da impossibilidade de permanecer na ativa militar após o envolvimento com o movimento tenentista. Dessa forma, seguir para o Exterior foi uma opção estritamente circunstancial, o que mais uma vez nos deve colocar em alerta sobre a impossibilidade de linearidade na vida de Macedo Soares. Nosso biografado enxergava sua permanência fora do País como transitória, uma especialização técnica para a intervenção futura nos mais sensíveis problemas do desenvolvimento brasileiro.

Macedo Soares estudou em prestigiosas escolas de metalurgia na França. Matriculou-se, inicialmente, no *Conservatoire des Arts et Métiers*. No *Institut de Chimie Appliquée*, fazia um curso de Química inorgânica ao mesmo tempo em que freqüentava aulas de Física e Matemática. Foram tempos de rigoroso estudo para o jovem militar. Como o nosso próprio personagem lembrou, a imensa reclusão pessoal que a rotina pesada de estudos impunha levava a vizinhança a pensar que ele fosse um vagabundo que não fazia nada, pois raramente saía do quarto onde morava (Soares, 1998, p. 46)

O curso de metalurgia foi concluído entre 1926 e 1928, com a apresentação de uma tese na concorrida Academia de Ciências, cuja publicação, em 1927, garantiu ao jovem militar brasileiro algum reconhecimento no meio técnico francês. Em seguida, Macedo Soares ingressa na *Ecole de Chauffage Industriel*, onde se aperfeiçoa na construção de fornos metalúrgicos, ficando lá mais quatro meses. A formação sólida que já recebera no curso do *Conservatoire* fora ampliada com um curso sobre fundição na *Ecole Supérieure de Fonderie* que durou mais um ano. Os períodos de estudo foram intercalados com pequenos trabalhos em projetos metalúrgicos que auxiliaram em sua formação, além de render-lhe importante ajuda financeira. Nesse último aspecto, a ajuda dos primos José Carlos e José Eduardo de Macedo Soares, também envolvidos com o tenentismo e futuros participantes ativos da vida política do País durante o governo Vargas, também foi decisiva. Ainda realizou estágios em usinas francesas (*Choisy-le Roi* e *Chambéry*) e na italiana (*Brenda*).

Os anos passados na Europa foram decisivos para os rumos que Macedo Soares tomaria a partir de 1930. Com uma sólida formação em metalurgia, estágios em grandes siderúrgicas, o futuro general acerta sua volta ao Brasil, em agosto de 1930, por intermédio do embaixador brasileiro em Paris, Souza Dantas, amigo do seu primo José Carlos. Tendo acompanhado os movimentos políticos que conduziram à Revolução de 30,

Macedo Soares planeja atuar de alguma forma no ainda possível governo de Vargas. Sua posição no Exército era incerta. Ao se apresentar no Rio de Janeiro, recebeu a absolvição da acusação de deserção – bastante comum entre os militares que foram presos por envolvimento em conspirações – e só, então, sua situação se regularizou. Contudo, foi transferido para São Paulo, onde passou a se envolver com o movimento armado para a deposição de Washington Luís juntamente com seu primo José Carlos. Após a vitória de Getúlio, Macedo Soares é nomeado ajudante-de-ordens do General Isidoro Dias, cargo que ocupa por apenas 15 dias, indo, em seguida, trabalhar com Vicente Rao na Polícia Estadual. A essas atividades de funcionário público, nosso personagem ainda acumulava funções no Exército e na fábrica Rochedo, de propriedade da sogra de seu primo José Carlos. Os atritos entre o interventor João Alberto e setores influentes do Partido Democrático Paulista culminaram na renúncia coletiva de todo o secretariado em 2 de dezembro. Vicente Rao, que havia sido preso por João Alberto, é destituído nessa mesma data. A breve aventura de Macedo Soares pela vida política paulista encerrava-se.

Embora envolvido com os acontecimentos políticos de São Paulo, Macedo Soares já almejava atuar como planejador econômico. Por influência de José Carlos, seu bom desempenho como estudante na França já era de conhecimento do novo governo. O passo decisivo para a incorporação ao grupo que iniciaria os estudos para a implantação de uma grande usina no Brasil foi dado por intermédio de Oswaldo Aranha, então ministro da Justiça, em 1931:

O Getúlio disse que, no seu governo, gostaria de fazer uma siderúrgica porque a idade do ferro marcaria para o Brasil uma idade da prosperidade. Mas ele não disse como nem porquê. Disse que gostaria de fazer. Como eu tinha feito meus cursos, eu digo: “Vou me apresentar”. [...] O Oswaldo Aranha tinha sido meu contemporâneo no Colégio Militar: quando ele saía eu entrava. Mas nós nos conhecíamos. Eu fui ao Oswaldo e disse: “Olha, eu sei como se faz uma siderúrgica. Você diz para o Presidente nomear uma comissão e esta comissão escolhe, entre os professores de metalurgia no Brasil, alguém que faça a usina” (Soares, 1998, p. 60).

A Depressão tinha deixado claro que uma economia, cuja principal fonte de formação de renda estava baseada na colocação de gêneros agrícolas no mercado externo, ficava excessivamente exposta às flutuações da situação econômica mundial. Os novos donos do poder acenavam com um novo projeto nacional, baseado na superação da agroexportação pelo setor urbano-industrial. Os graves problemas de financiamento interno obrigaram o País a remodelar seu relacionamento com o Exterior em busca de créditos e

também de armas. A siderurgia aparecia como síntese entre a política econômica de corte industrial e uma política externa remodelada para o atendimento das necessidades do setor secundário da economia nacional: foi tanto o produto de importantes decisões internas no tocante ao projeto técnico e medidas destinadas a financiamento quanto de intensa atividade diplomática.¹

A montagem de um moderno complexo siderúrgico no Brasil era, antes de tudo, um ideal. Sonho de todos os governos republicanos anteriores, a usina siderúrgica era identificada com a verdadeira independência da nação e garantia de integridade física do imenso território brasileiro. Não causa estranheza que a questão envolvesse fortes apelos ideológicos e sentimentos nacionalistas em uma formação periférica do sistema capitalista que apenas iniciava um processo de industrialização capaz de minorar a força secular do meio rural para a economia nacional.

Com o decorrer da década de 30, o problema siderúrgico transformou-se em um tema de profundas clivagens ideológicas e de especial interesse para os círculos militares, cada vez mais preocupados com a defesa nacional e ciosos da importância do desenvolvimento industrial no auxílio à produção bélica. Cada vez mais ligado à corporação, Vargas não podia deixar de considerar o papel das Forças Armadas na elaboração das diretrizes para a instalação da usina.

O envolvimento dos militares com os problemas da economia brasileira data da Proclamação da República. Ainda quando estudante da Escola Militar do Rio de Janeiro, Macedo Soares percebera o descontentamento das armas em relação ao estado do desenvolvimento econômico do País. A insuficiência do setor industrial era seguidamente debatida entre os alunos:

O que desejávamos era o desenvolvimento do Brasil porque achávamos que na República Velha o desenvolvimento foi muito pequeno. Ele não se fazia na área industrial: indústria, só de tecidos. O pessoal do café nunca empregou dinheiro, a não ser em tecidos. Ninguém do café, com exceção do Roberto Simonsen.²

Embora simplista, a tese do nosso personagem contém certos elementos verdadeiros que podem ser confirmados considerando-se alguns números relativos à economia brasileira durante a década de 20. As estatísticas da época apontam para a relativa marginalização do setor industrial em oposição à importância do eixo primário-exportador. Os dados mais seguros são os do recenseamento industrial de 1920. Eles apontam para o predomínio da pequena unidade industrial. Os 13.366 estabelecimentos existentes empregavam um total de 275.512 operários. Do número de indústrias

existentes, apenas 482 tinham mais de cem trabalhadores. O setor que poderia ser caracterizado como burguês-industrial constituía uma faixa quantitativamente reduzida e incapaz de “apresentar qualquer projeto industrialista como alternativa a um sistema cujo eixo central era formado pelos interesses cafeeiros” (Fausto, 1986, p. 23).

As dificuldades de implantação de uma grande usina no Brasil eram, sob todos os aspectos, imensas. O País dispunha de um reduzido corpo de técnicos, o carvão nacional era de baixa qualidade e em pequenas quantidades, e os custos financeiros eram impensáveis para uma economia que ainda lutava para enfrentar os efeitos da Depressão que afetara principalmente o seu setor exportador, base da formação de capital. Diante desse quadro, não causa surpresa que toda a década de 30 tenha sido atravessada pela busca de soluções para o problema. Ainda em 1937, Vargas afirmava que “o governo vem examinando o problema capital da nossa expansão econômica – a siderurgia – e as providências para dar-lhe solução rápida e definitiva” (Vargas, 1938, p. 177).

A luta pela solução do problema siderúrgico: as comissões de estudo

O debate sobre a questão siderúrgica na década de 30 ainda se encontrava fortemente influenciado pelo famoso contrato da firma inglesa *Itabira Iron* e pelo seu representante no Brasil, Percival Farquhar. Pela importância e polêmica de que se revestiu a presença dessa firma estrangeira, recorremos ao nosso próprio biografado para situar a questão:

No Congresso de Estocolmo, de 1910, foi tornado público que o Brasil possuía muitas jazidas de ferro; Orville Derby, um dos participantes do congresso e autoridade mundial no tema, tinha feito estudos aprofundados aqui no Brasil. Então os ingleses, sobretudo, seguidos dos alemães e dos franceses, passaram a comprar jazidas no país, e compraram baratíssimo. A famigerada empresa de mineração inglesa, a *Itabira Iron*, foi criada nessa conjuntura, em 1911.

[...] Mas a “novela” da *Itabira* começou em 1919, quando Percival Farquhar, representante legal da empresa e depois seu acionista principal, obteve do Presidente Epitácio Pessoa um contrato extremamente vantajoso para a exploração de minério de ferro. Esse contrato foi aprovado, em seguida, pelo Congresso Nacional, mas esbarrou na oposição do Presidente de Minas Gerais, Arthur Bernardes, e de outros políticos mineiros de tendência nacionalista. Eu ainda era muito moço nessa época, mas pelo menos no meu círculo de amizades o assunto já empolgava (Soares, 1998, p. 56).

Além da polêmica envolvendo a exportação do minério de ferro por estrangeiros, outro tema de grande controvérsia foi a previsão contratual de

construção de uma usina siderúrgica por parte da firma inglesa em troca da comercialização do ferro. Durante toda a década, Farquhar polarizou o debate siderúrgico nacional entre seus defensores e a imensa maioria dos seus críticos.

Macedo Soares já estava envolvido inteiramente nessas discussões. Como defensor de uma solução nacional para o problema da instalação da grande usina siderúrgica, nosso personagem assim se expressou em relação à Farquhar e ao contrato da *Itabira Iron*:

Nunca acreditei nas boas intenções do Farquhar. No contrato havia uma cláusula relativa ao porto que ele pretendia construir no Espírito Santo e segundo a qual nele não seria permitida a entrada de navios de guerra brasileiros, só dos navios de transporte de minério. Isso era um absurdo! Um absurdo! Em relação à estrada de ferro a posição era basicamente a mesma; ele queria ter o domínio total sobre a Vitória-Minas, sobretudo o ramal que ia para o porto, queria transportar apenas os minérios das suas minas, não o minério de terceiros. A ferrovia não seria pública, o que contrariava a legislação brasileira. Ele não tinha disponibilidade financeira para a construção da usina desde a crise de 1929. O que o Farquhar queria, em resumo, era continuar com o monopólio da exportação do minério. [...] O poder que este homem teve durante 20 anos foi uma coisa que nos enervou muito (Soares, 1998, p. 66).

Em janeiro de 1931, por iniciativa do ministro do Exército, General Leite de Castro, é nomeada a Comissão Militar de Estudos Metalúrgicos, da qual Macedo Soares fará parte juntamente com Sílvio Raulino de Oliveira e Franklin Emílio Rodrigues. O objetivo era avaliar a capacidade de mobilização da indústria metalúrgica nacional em caso de guerra. As conclusões foram decepcionantes: o País possuía matéria-prima, mas a produção era praticamente nula. Dessa maneira, a comissão apresentou poucos resultados práticos, limitando-se a estudar a fabricação de armamentos e a nomear uma outra comissão, mais ampla, para analisar com mais profundidade o problema siderúrgico brasileiro. Em agosto de 1931, nascia a Comissão Nacional de Siderurgia.

A forte coloração nacionalista das discussões a respeito da necessidade da concretização de uma grande usina ganhara as páginas dos grandes jornais, o que dera a Macedo Soares uma inesperada popularidade:

[...] Como, naquela ocasião, eu me tornei conhecido pelos jornais, o povo me parava na rua. Eu não podia andar na rua, porque o povo me parava e dava sugestões. E era muito engraçado porque tinha as coisas mais absurdas. Mas eu não podia andar na rua, passei a andar de automóvel porque a pé não podia andar (Soares, 1998, p. 62).

A Comissão Nacional de Siderurgia tinha a incumbência de estudar o aproveitamento dos minérios de ferro nacionais, tanto com o objetivo de promover sua exportação como com o de implantar a usina siderúrgica em larga escala no País. Macedo Soares fora nomeado secretário e relator da comissão que ainda contava com Eusébio Paulo de Oliveira, Diretor do Serviço Mineralógico e Geológico do Brasil, presidente da comissão e indicado por Macedo Soares; Luís Betim de Paes Leme, industrial e engenheiro; Ernesto Lopes da Fonseca Costa, professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro; Raul Ribeiro da Silva, engenheiro que havia trabalhado com Farquhar; Gil Guatimozim, um dos fundadores da Belgo-Mineira e representante de Minas Gerais; Pandiá Calógeras, ex-ministro do Exército de Epitácio Pessoa; Raul Álvares de Azevedo Castro, representante da Marinha. O Ministério da Guerra escolheu como representantes o próprio Macedo Soares e Sílvio Raulino de Oliveira.

A Comissão Nacional de Siderurgia, com representantes de diversos setores da sociedade, se tornou um verdadeiro marco do planejamento econômico brasileiro. Buscando uma solução conjunta para os problemas da exportação de minério e construção da usina siderúrgica – ao contrário do contrato da *Itabira* que os tratava de forma separada – seus resultados foram tornados públicos apenas em 1933, pois os trabalhos foram paralisados em 1932, em razão da Revolução Constitucionalista.³

Os estudos levaram a comissão a defender a construção de uma usina integrada com capacidade de mil toneladas diárias de ferro-gusa e laminados. Devido à dificuldade de transporte e utilização do carvão do Sul, foi proposta também a construção de uma usina no vale do rio Doce aproveitando o carvão de madeira abundante nessa região. Outra alternativa era a instalação de uma usina a coque importado. Nesse caso, a exportação de minério deveria ser ampliada para a geração de divisas utilizáveis para a importação do coque. Foram recomendadas medidas de melhoria nos transportes e na prospecção a fim de descobrir novas jazidas de hulha coqueificável. A comissão votou também pela rejeição do Contrato da Itabira Iron.⁴ O relatório final, assinado por Macedo Soares e Eusébio de Oliveira, tinha uma posição claramente nacionalista a respeito da necessidade de construção de uma grande siderúrgica:

Os livre-cambistas foram levados a admitir a necessidade de proteção das “indústrias-chave”, isto é, daquelas sobre as quais repousam os fundamentos econômicos das nações. Em 1917, a Comissão presidida por Lord Balfour of Bureigh, para estudar a política comercial que o Império Britânico deveria seguir após a guerra, adotou o princípio da defesa das indústrias essenciais inglesas por

todos os meios e com quaisquer despesas. [...] Das indústrias básicas figura sempre em primeiro lugar a siderurgia. Sobre ela se constrói a grandeza dos povos; com ela se forjam as ferramentas de trabalho e os instrumentos de defesa e de conquista; dela são tributárias todas as grandes indústrias de material ferroviário, de construção de automóveis, de construções metálica, têxtil, mecânica, agrícola, de construção naval, de material de guerra e de material elétrico. [...] O padrão de vida de um povo, o seu grau de progresso, a sua riqueza podem ser avaliados pelo consumo de produtos siderúrgicos (apud Gomes, 1983, p. 208).

O documento apresentado pela Comissão Nacional de Siderurgia revela um importante amadurecimento dos debates sobre metalurgia no Brasil. O reconhecimento fora rápido. Macedo Soares relembra que a comissão era chamada a opinar sobre os mais diversos temas da economia nacional, o que, por vezes, retardava os estudos sobre a siderurgia propriamente dita. De fato, o relatório final foi a síntese do mais sério levantamento das possibilidades de fabricação de aço em larga escala já feito no País. Tratava-se efetivamente de um minucioso mapeamento técnico de nossas potencialidades e dificuldades. Mencionava a séria questão da insuficiente rede de transportes, analisava a necessidade de protecionismo e formação de um mercado capaz de absorver a produção de artigos metalúrgicos e conclamava industriais, políticos e militares para um grande esforço de colaboração com vistas à realização desse verdadeiro ideal nacional.

A viabilidade de uma usina siderúrgica, em um país de frágil estrutura industrial, era posta em dúvida por outros importantes estudiosos. Tal é o caso de José da Silva Brandão, importante engenheiro mineiro que, após considerar a baixa utilização de equipamentos siderúrgicos no Brasil, assim se exprimiu em relação à grande usina:

Será possível ao Brasil, sem transportes econômicos, sem coque metalúrgico, sem óleo combustível, sem fio de cobre, sem eletrodos, sem mercado acessível, sem câmbio, sem governo, nascer de repente ao aceno de cabeças, ao tilintar de campanhas, ao influxo de entrevistas, e alcançar de chofre, na labuta secular, no ardor da expansão, no fragor da concorrência, nos segredos da evolução, tantas nações, tão poderosas, tão enrijadas na luta formidável dos mercados, tão experientes no trato áspero da metalurgia e tão bem aparelhados para a mutação rápida dos processos? A esta pergunta, que dirijo ao bom senso, cabe apenas uma resposta. Esperar, pois, pela grande siderurgia no Brasil é revelar conhecimento incompleto, senão negativo, da economia mundial dessa considerável indústria. (apud Gomes, 1983, p. 201).

Macedo Soares não se dedicava exclusivamente ao planejamento de uma grande usina siderúrgica, embora essa fosse a atividade que lhe era mais importante. Em 1933, faz sua estréia como professor na Escola Politécnica no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, é convidado a participar da comissão organizadora da Fábrica de Projéteis de Artilharia no bairro do Andaraí, também na Capital. Integrou a Comissão de Estudos para a Indústria Militar Brasileira, pela qual visitou a Europa por mais dois anos, a maior parte do tempo fixo em Stuttgart, na Alemanha, onde chegou a ficar hospedado no mesmo hotel que Hitler. Mesmo no Exterior, foi promovido a major em 1934. Em 1936, tornou-se auxiliar de ensino teórico da Escola Técnica do Exército. Quando seu primo José Carlos foi convidado a assumir a pasta da Justiça, Macedo Soares tomou posse do cargo de subchefe do seu gabinete, função desempenhada até o advento do Estado Novo, quando José Carlos deixou o ministério.

Com a Constituição de 1934, as discussões sobre o futuro da siderurgia no Brasil deslocaram-se para a Assembléia Nacional. Segundo Macedo Soares, Vargas acreditava que o envolvimento do Legislativo iria aumentar a temperatura política da questão:

O Getúlio me dizia que era preciso acabar com os estudos da Comissão Nacional de Siderurgia antes que o Congresso começasse a funcionar. Segundo ele, quando isso acontecesse, começaria a disputa entre políticos de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (Soares, 1998, p. 71).

Com efeito, o período entre 1934 e 1937 foi marcado pela fase legislativa dos debates em torno da usina siderúrgica. A questão fundamental continuava sendo o contrato da *Itabira*. Diante de um Congresso, em sua maioria, hostil à empresa inglesa, Vargas adotava uma postura política bastante cautelosa. Sem nenhuma proposta clara em mãos, com os estudos técnicos ainda em estágio incipiente e com poucas perspectivas de financiamento, Farquhar era ainda uma possibilidade que não deveria ser descartada.

A questão siderúrgica no Estado Novo: momento de definição

Embora todos os estudos, que contaram com a participação ativa de Macedo Soares, tivessem representado avanços na busca de soluções técnicas para o projeto siderúrgico brasileiro, a questão essencial do financiamento ainda permanecia em aberto. Com a proximidade de um novo conflito de dimensões internacionais, as incertezas aumentavam: conseguiria o País os recursos necessários para a instalação da grande usina? De onde tais recursos viriam e quais seriam as exigências as quais deveríamos nos submeter? O

cenário mundial alimentava as dúvidas brasileiras. Com a retirada soviética em favor da luta pela consolidação interna do socialismo e a decadência britânica, o sistema internacional polarizou-se entre os Estados Unidos e a Alemanha como candidatos a centro hegemônico.

Autores importantes como Gérson Moura (1982) demonstraram que essa indefinição abria a possibilidade de uma ação externa mais autônoma por parte de países situados na periferia do sistema capitalista, como o Brasil. Por outro lado, norte-americanos e alemães intensificavam as ações em busca de adesão dos países latino-americanos, o que provocava clivagens profundas no continente entre setores pró-germânicos e pró-americanistas.

Como já foi apontado, o processo de reestruturação da ordem capitalista em direção à indústria significou alterações importantes na condução da política externa brasileira, agora mais voltada ao atendimento das exigências do projeto nacional industrializante. Isso foi particularmente claro no caso da siderurgia. Com efeito, Vargas procurou mobilizar todo o corpo diplomático para auxiliar no plano de implantação de uma grande usina metalúrgica. Em 1938, após reafirmar a necessidade de tratar da instalação de uma usina e da exportação do minério de ferro como problemas conjuntos, Vargas admite a participação estrangeira na futura usina, mas sem que o Estado abra mão de seu controle. Evidenciava-se novamente a importância da diplomacia brasileira que, ademais, também deveria atuar no sentido de buscar soluções técnicas e equipamentos.

Antes das negociações especificamente financeiras para a obtenção do crédito à usina, a linha de atuação da diplomacia brasileira se caracterizou pela busca de soluções técnicas e observações sobre a experiência de outros países. Entre as representações brasileiras no Exterior mais ativas no envio de informações ao Ministério das Relações Exteriores destacam-se, naturalmente, a norte-americana e a alemã. De Washington, chegavam relatórios precisos contendo informações sobre a produção de aço e ferro dos Estados Unidos. Uma importante documentação atesta os contatos realizados para o envio de brasileiros, muitos militares, para estudos técnicos em diversas usinas norte-americanas. Quanto ao *Reich*, interessava particularmente ao governo brasileiro os processos de fabricação de ferro e aço das indústrias alemãs. O próprio Macedo Soares estivera estudando tais processos na Alemanha, em 1939, enviado pelo governo brasileiro.⁵

Com a saída de José Carlos do ministério, Macedo Soares volta a se concentrar na siderurgia. Prossegue a verdadeira odisséia de debates dentro da burocracia estatal. Três órgãos passaram a estudar o problema: o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) e o Conselho de Segurança Nacional (CSN). Esses novos

trabalhos serviram para definir as bases técnicas e financeiras para a construção da usina. Ficava definitivamente clara a impossibilidade de mobilizar internamente todo o suporte financeiro. Por outro lado, chegou-se a um plano técnico de construção bastante preciso que viria a ser a base da usina de Volta Redonda.

A possibilidade de um acordo com a *Itabira* ainda era estudada dentro do CTEF. A nova comissão aí instalada era presidida diretamente pelo ministro da Fazenda, Artur de Sousa Costa, e contava com figuras importantes na vida econômica do País como Valentim Bouças e Guilherme Guinle. Após examinar projetos relativos à implantação da usina e à exportação de minério, tendo ouvido todos os professores de metalurgia do Brasil, a comissão, em sua maior parte, ainda demonstrava confiança no contrato da *Itabira*. Votos contrários à empresa estrangeira foram apresentados por Guilherme Guinle e Mário de Andrade Ramos. Segundo Macedo Soares, os estudos “acabaram sem chegar à conclusão alguma, foi mais um trabalho que se perdeu” (Soares, 1998, p. 76).

Mesmo sem ter integrado a comissão do CTEF, Macedo Soares havia apresentado o projeto mais consistente em relação à instalação da usina. Fruto do amadurecimento de seus estudos desde 1931, a proposta apontava para a necessidade de uma grande usina como pólo incentivador do desenvolvimento de indústrias siderúrgicas menores. Quanto ao contrato da *Itabira*, Macedo Soares defendeu o fim de todos os privilégios e vantagens dadas a Farquhar para a exportação do minério.

Embora fosse um dos grandes especialistas brasileiros em metalurgia, foi somente com a apresentação dessa proposta junto ao CTEF que Macedo Soares tornou-se a figura de ponta do projeto siderúrgico. O ministro Sousa Costa ficara impressionado com a capacidade técnica do então Major do Exército e recomendou-o que fizesse outros estudos até chegar a uma planta definitiva da usina. Foi encarregado ainda de viajar de novo à Europa atrás de contatos financeiros e tecnologia (Silva, 1972, p. 337; Corsi, 2000, p. 143).

Após tomar conhecimento do trabalho de Macedo Soares, Getúlio Vargas encaminha o problema siderúrgico ao CFCE. Nesse momento, Soares já estava na Europa. Os trabalhos finais dessa nova comissão, apresentados em fevereiro de 1939, confirmavam a necessidade do capital externo e do controle estatal da usina. Soluções para-estatais poderiam ser admitidas como alternativas.

O relatório da comissão do CFCE foi encaminhado ao Conselho de Segurança Nacional e a Macedo Soares, cujo parecer favorável foi dado em 26 de julho de 1939. Concordava em linhas gerais com as propostas a respeito do financiamento externo. Ressaltava, porém, a preferência por uma

sociedade entre governo e empresários brasileiros, com o capital externo vindo por empréstimo, de modo que, uma vez amortizado, fosse nacionalizado.

O relatório final da CSN, em maio de 1939, relaciona defesa militar e siderurgia:

A situação atual do mundo, as ameaças de uma catástrofe próxima que pesam sobre os povos, o desrespeito às leis internacionais e aos tratados não permitem a existência de países fracos, objeto de cobiça de povos fortes, escudados na necessidade de possuírem um *espaço vital* mínimo. [...] O Brasil precisa constituir-se, o mais rapidamente possível, em grande potência. Possui vários fatores determinantes para isso: falta-lhe, porém, o desenvolvimento industrial. Impõe-se, então, com urgência, a organização da indústria pesada, para ficar em condições de, com outros povos, sentir-se confiante em seu progresso futuro e segurança própria (apud Silva, 1972, p. 341).

Em sua nova viagem à Europa, Macedo Soares teve noção precisa das dificuldades de obter financiamento, tecnologia e mercados para o minério de ferro brasileiro em um continente preocupado prioritariamente com a proximidade de uma nova guerra. A concessão de capitais se mostrava improvável, e apenas o mercado inglês havia demonstrado interesse no minério brasileiro. Mesmo com o contato da famosa indústria alemã Krupp, a sensação era de uma viagem de poucos resultados:

Por causa da iminência de guerra, minhas tarefas na Europa ficaram prejudicadas, as negociações acabaram sendo interrompidas e ficaram por isso mesmo. Mas acredito que, numa situação normal, conseguiríamos tudo o que pretendíamos, financiamento, equipamento, tudo. Se, porventura, tivesse fechado negócio na Europa, o equipamento seria quase todo alemão. A indústria alemã era muito séria (Soares, 1998, p. 79).

A ajuda alemã era uma possibilidade bastante interessante. Já em 1938, a empresa Demag foi contatada pelo governo brasileiro. Foi-lhe apresentada uma proposta de construção de uma usina orçada em 20 milhões de marcos, a serem pagos com os lucros das exportações de 15 milhões de toneladas de minério de ferro anuais pela Estrada de Ferro Central do Brasil. A Demag se responsabilizaria pela usina e pelas instalações ferroviárias necessárias. O projeto apenas não se concretizou devido à dissolução do consórcio formado pela Demag, Krupp e Stahlunion para levá-lo a cabo (Wirth, 1973, p. 79-80).

Com pouco a fazer na Europa, Macedo Soares recebe ordens do governo para seguir imediatamente aos Estados Unidos. Negociações com a empresa United States Steel aguardavam o brasileiro.

As conversas com a firma norte-americana foram inauguradas por Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores de Vargas e notório americanista. Em missão oficial em Washington, em 1939, para negociações relativas à colaboração financeira e político-militar, Aranha conseguiu estabelecer contatos preliminares com a *United. S. Steel*, uma das maiores empresas do setor metalúrgico, além de haver recebido a promessa de crédito no valor de 50 milhões de dólares por parte do *Export and Import Bank* (Eximbank).⁶

As negociações se estenderam por todo o mês de maio de 1939 com a *United States Products Co.*, subsidiária da *U.S.Steel*. Macedo Soares procurou demonstrar que o mercado brasileiro tinha condições de comportar a montagem de uma grande usina, “pois que o Sul do Brasil já atingiu um consumo de produtos siderúrgicos que se aproxima da Itália e é superior ao de muitas nações européias”. A proposta levada por Macedo Soares tinha como pontos principais: 1) organização de uma empresa brasileira “com forte participação de capitais nacionais, com sede e foro no Brasil”; 2) a *U.S. Steel* teria uma participação financeira em torno de 30% e assento garantido na direção da indústria; 3) o capital necessário à importação de máquinas e equipamentos deveria vir como empréstimo.

Macedo Soares mantinha-se fiel à sua convicção de que a importância econômica e geopolítica da siderurgia exigia o controle estatal da futura empresa. Possivelmente, essa visão não ia ao encontro dos interesses da *U. S. Steel*. Era mais provável que a empresa norte-americana desejasse ser a controladora da usina. De toda forma, ficou acertada a vinda de uma comissão de especialistas ao Brasil para avaliar as reais possibilidades do projeto. Sendo aprovado, caberia ao comitê financeiro definir as formas de colaboração com o Brasil. Macedo Soares suspeitava que a idéia da comissão fosse uma tática para prolongar as discussões e retardar uma posição definitiva.

Na realidade, nosso personagem não havia demonstrado grande otimismo com as negociações. Desde o início, sua impressão da postura dos executivos da empresa norte-americana foi péssima. O negociador brasileiro ficara bastante irritado ao comparecer para a primeira reunião elegantemente vestido e encontrar os representantes da *U.S.Steel* com as mãos na nuca e os pés sobre a mesa. Não acreditava na aceitação da sua proposta e temia que o comitê financeiro da empresa visasse o controle da usina (Soares, 1998, p. 80).

Para coordenar o trabalho conjunto de técnicos brasileiros e norte-americanos, foi criada a Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico em agosto de 1939. A comissão da *U.S. Steel* já estava trabalhando no Brasil e, no mês de outubro, as duas comissões apresentaram um relatório conjunto. Propunha-se a construção de uma usina a ser localizada no Rio de Janeiro, com capacidade produtiva de 285.000 toneladas anuais entre perfis, chapas, trilhos e ferro. O capital da empresa seria da ordem de 3,5 milhões de dólares e haveria necessidade de um empréstimo de 20 milhões de dólares para a compra de equipamentos em geral (Wirth, 1973, p. 90). A empresa norte-americana não abria mão do controle da usina, mas admitia a participação de grupos brasileiros desde que o governo abrandasse a rígida legislação nacionalista. Em 15 de dezembro de 1939, a *United. S. Steel*, através de seu representante Herman Greenwood, comunica ao embaixador brasileiro nos EUA, Carlos Martins, a aprovação do projeto brasileiro no tocante aos seus aspectos técnicos. As negociações passam a ser financeiras e as formas definitivas de colaboração com o governo Vargas deveriam ser divulgadas dentro de um mês.⁷

Evidentemente a proposta da U. S. Steel não era a desejada por Macedo Soares, por Vargas e muito menos pelos setores nacionalistas do Exército. Contudo, era coerente em seus aspectos técnicos e financeiros. O governo brasileiro tinha sondagens de outras empresas interessadas, inclusive alemãs, mas nenhuma havia chegado a formular uma proposta oficial. Em 1º de dezembro de 1939, Vargas escrevia a Carlos Martins:

Entre vários outros assuntos que lhe irão sendo encaminhados, para estudos e providências, quero salientar aqui o que, no momento, a todos sobreleva: o estabelecimento da grande siderurgia no Brasil. Temos sobre a matéria um plano longamente meditado e cuidadosamente ordenado, sob os auspícios do Governo Federal, pelo Major Macedo Soares. Os técnicos da *United States Steel* que aqui estiveram, o examinaram miudamente, o aprovaram e mesmo o ampliaram. Chegamos agora à fase de transformá-lo de projeto em realização e com a América do Norte o queremos fazer. Outras propostas e sondagens estamos recebendo, entre elas da casa Krupp, mas só as julgaremos objeto de estudo se o assunto se revelar inviável nesse país, o que não esperamos aconteça.⁸

As negociações – envolvendo ainda o Departamento de Estado e o Eximbank – pareciam evoluir satisfatoriamente até janeiro de 1940. Após adiar por sucessivas vezes a reunião do seu comitê financeiro encarregado de decidir sobre a colaboração financeira, a *U. S. Steel* opta por abandonar a construção da usina no Brasil, decisão comunicada no dia 16.

A versão oficial da empresa norte-americana diz que a decisão de não mais investir no Brasil foi motivada pela moratória decretada pelo Estado Novo. Contudo, outras hipóteses parecem mais realistas. Segundo Carlos Martins, a empresa norte-americana havia alargado consideravelmente o seu campo de investimentos, o que colocava obstáculos a novas aplicações de capital.⁹ Em correspondência enviada a Vargas, em fevereiro de 1940, o diplomata brasileiro afirma que a empresa condicionara o negócio com o Brasil à obtenção de um empréstimo de 44 milhões de dólares junto ao governo norte-americano, exigência imediatamente negada.¹⁰ Francisco Luiz Corsi (2000, p. 150) chama a atenção para outras duas razões: o medo em relação à legislação nacionalista de Vargas e as dificuldades cambiais do Brasil para futuras remessas de lucros. Não encontramos registros da opinião de Macedo Soares a respeito da desistência da *U. S. Steel*.

O abandono da *U.S. Steel* promoveu o reforço da visão nacionalista do problema siderúrgico brasileiro, o que não significava fechar as portas ao capital externo. Segundo Macedo Soares, Getúlio tomou a decisão de instalar a usina através de uma empresa nacional, com a participação estrangeira restrita ao empréstimo financeiro. Foi criada a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico, tendo como mais importantes integrantes Macedo Soares e Guilherme Guinle, com o objetivo de dar decisão final à questão (Soares 1998, p. 87). O novo esquema de financiamento previa recursos internos oriundos da Previdência Social, das Caixas Econômicas e do Plano Especial de Obras Públicas, enquanto do Exterior deveriam vir mais 17 milhões de dólares para equipamentos. Esta proposta foi entregue por Macedo Soares a Vargas, no dia 12 de fevereiro de 1940. Enquanto isso, nos Estados Unidos, Carlos Martins endurecia o discurso. Segundo ele, o Brasil dava preferência aos Estados Unidos, mas tinha outras possibilidades de financiamento e não hesitaria em usá-las se esse fosse o único meio de assegurar a construção da usina (apud Silva, 1972, p. 358).

A Comissão Executiva havia produzido ainda estudos detalhados nas áreas de transportes e eletricidade, cujo tratamento dado pelos técnicos da *U.S. Steel* fora considerado insatisfatório. Após divergências quanto ao local de instalação, decidiu-se pela cidade de Volta Redonda, situada entre os dois grandes centros econômicos do País e próxima do porto do Rio de Janeiro, cidade descartada pelos militares por questões de defesa. A usina teria capacidade para 300 mil toneladas, e em relação ao carvão ficou estabelecido que a siderúrgica funcionaria num primeiro momento com coque obtido da mistura do carvão importado com o de Santa Catarina.

A instrução do governo brasileiro a Carlos Martins era dar prosseguimento às negociações junto ao Eximbank na tentativa de obter ao menos os 17 milhões de dólares necessários à aquisição dos equipamentos. Embora declarasse diversas vezes o desejo de colaborar com Vargas, o Departamento de Estado fazia uso constante de táticas dilatórias ao mesmo tempo em que procurava fazer outras indústrias particulares interessarem-se pelo negócio. A empresa de engenharia Ford, Bacon & Davis chegou a abrir negociações, mas sem resultados práticos. Cogitou-se até mesmo interessar novamente a *U.S. Steel*.

O governo brasileiro mantinha contatos permanentes com firmas alemãs. Essas articulações eram úteis em um duplo sentido: manteriam um canal importante de negociações com empresas reconhecidamente competentes no ramo siderúrgico e causariam forte repercussão nos Estados Unidos, em uma conjuntura internacional de guerra. Para Vargas, era preciso que o governo norte-americano desse provas reais do seu interesse em colaborar com o projeto siderúrgico brasileiro. Declarações como a de Jesse Jones, homem importante do governo Roosevelt e presidente da *Reconstruction Finance Corporation*, de que Washington havia tomado a questão siderúrgica brasileira como “assunto de primeira mão” precisavam ser traduzidas em ações concretas. Fiel à sua política externa pendular, o governo brasileiro achava prudente manter as portas abertas aos alemães.¹¹

Em julho de 1940, Macedo Soares passa a integrar uma comitiva juntamente com Guilherme Guinle e Ari Torres Filho com o objetivo de renegociar com o Eximbank. As conversas prometiam ser difíceis. Embora o governo Roosevelt reafirmasse sua intenção de colaborar com o Brasil, a liberação do crédito dependia da aprovação pelo Congresso norte-americano de um aumento no capital do banco. Além disso, os brasileiros deveriam enfrentar resistências de setores do governo norte-americano que insistiam na inconveniência de liberação de créditos em um momento de incertezas no cenário mundial. E mesmo depois do relatório da *U.S. Steel* recomendando a construção da usina no Brasil, permaneciam dúvidas a respeito da capacidade técnica dos brasileiros. O constante assédio de candidatos a intermediários no negócio era outra razão de incômodo para Macedo Soares. A ignorância dos norte-americanos em relação aos brasileiros também aborrecia-o profundamente. Nosso personagem lembra com grande irritação a pergunta de Jesse Jones sobre a possível existência de uma linha férrea ligando a Alemanha ao Brasil. A isso tudo misturava-se o pessimismo de Soares em relação ao empréstimo do Eximbank e ao envio de equipamentos comprados. O temor era de que a extensão do conflito pudesse

colocar em risco as encomendas brasileiras. Diante das táticas de bloqueio naval praticadas pelos países beligerantes, a suspeita não era despropositada (Soares, 1998, p. 94).

Embora leal defensor da posição do governo brasileiro e não avesso à participação externa na construção da usina, Macedo Soares acreditava que o país poderia arcar com os custos do projeto e lamentava o empréstimo em virtude do comprometimento das finanças no pagamento da dívida. Mesmo acreditando na dificuldade em levantar internamente os 45 milhões de dólares que representaram o empréstimo total norte-americano, Macedo Soares lamentava que ninguém houvesse ao menos tentado (Soares, 1998, p. 98).

Quando a comitiva brasileira desembarcou nos Estados Unidos, Roosevelt mostrava sensível preocupação com o que julgava ser uma aproximação política cada vez maior entre o governo brasileiro e o Eixo. Essas convicções aumentaram a partir do famoso discurso pronunciado por Vargas a bordo do encouraçado *Minas Gerais*. Mesmo reafirmando a sua fé no panamericanismo, o chefe do Estado Novo acreditava que

os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir o rumo de suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação do que desmorona e tomba em ruína. É preciso, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das idéias mortas e dos ideais estéreis. [...] Passou a época dos liberais impudentes, das democracias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordem (apud Corsi, 2000, p. 158).

O discurso de Vargas, pronunciado em momento de nítido avanço do Eixo, provocou fortes repercussões internacionais. Como se poderia esperar, as principais manifestações viriam de representantes dos EUA e da Alemanha. Uma nota da embaixada alemã em Buenos Aires saudava “as valentes palavras” do chefe de uma das “mais avançadas nações do continente americano”. Mussolini havia também manifestado seu profundo interesse pelo discurso (Corsi, 2000, p. 159). Contudo, era nos Estados Unidos que os impactos seriam maiores. A opinião pública norte-americana encarou o discurso como sendo praticamente uma adesão ao Eixo, contrariando todas as manifestações anteriores do Brasil favoráveis à solidariedade continental. Cresciam também as pressões para que Roosevelt acelerasse a colaboração econômica com o governo brasileiro. Setores políticos importantes acreditavam que negar ajuda econômica e militar ao Brasil poderia jogar Vargas definitivamente nos braços do nazi-fascismo.

É tema de razoável controvérsia historiográfica o papel desempenhado pelo discurso de Vargas em relação às negociações envolvendo a siderurgia. Porém, a relativa rapidez na conclusão das conversas entre os representantes

brasileiros e norte-americanos aponta para uma mudança de orientação do governo Roosevelt, antes extremamente cauteloso no tocante à liberação dos recursos. Era pouco provável também que os americanos desconhecessem o interesse alemão no projeto siderúrgico brasileiro. Diante de uma Argentina pouco disposta a se integrar no esforço continental para o conflito, o Departamento de Estado entendia que ajudar financeiramente Vargas era o passo definitivo para alcançar a hegemonia no continente.

Após seis semanas de penosas negociações, os termos do empréstimo do Eximbank foram finalmente acertados. O Brasil pagaria a dívida de 20 milhões de dólares semestralmente durante um período de 13 anos, com 4 anos de carência. Em janeiro de 1941, Vargas aprova o plano de construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro (Decreto-lei n. 3.002, de 30/1/1941). As obras foram acompanhadas por técnicos norte-americanos designados por uma firma nomeada para coordenar os trabalhos. As dificuldades de navegação atrasaram o envio de equipamentos para o ano de 1942. Novos empréstimos foram contraídos, e a produção foi iniciada em julho de 1946.

Bastante aliviado, Macedo Soares escrevia ao governo brasileiro em 11 de novembro de 1940, apresentando o plano orçamentário total para a construção da usina e as estimativas de produção. No último dia do ano, o embaixador Carlos Martins comunicava a Vargas com satisfação: “Segundo me informou, em Nova Iorque, o Coronel Edmundo de Macedo Soares, os trabalhos preparatórios para a construção da nossa siderurgia estão em marcha franca” (apud Silva, 1972, p. 396).

Conclusões

Um dos maiores desafios de um trabalho biográfico consiste no manejo intelectual adequado das noções de indivíduo e contexto. Dificuldade essa que não está ausente em nossas pesquisas sobre o General Edmundo de Macedo Soares e na realização deste artigo. A primeira dela refere-se à própria trajetória do nosso personagem. Macedo Soares ocupou cargos diversos em sua vida pública. Além de sua atuação destacada na implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, foi presidente da própria usina de Volta Redonda e de outras empresas importantes. Mergulhou também na vida política: foi ministro nos governos Dutra e Costa e Silva e governador do Estado do Rio de Janeiro. Membro de diversas academias de ciências e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), além de autor de diversas obras sobre metalurgia e economia, foi também dono de uma vida intelectual intensa. O que explica, portanto, o recorte aqui escolhido? Ao

privilegiarmos sua atuação como planejador e negociador do projeto siderúrgico brasileiro, estamos dando voz ao nosso próprio personagem. Isso porque Macedo Soares reconhecia-se muito mais como um agente econômico do que político. Em suas memórias, sua vida como ativo participante na transformação da economia brasileira mereceu sempre mais comentários do que seu papel político.

Esse procedimento articula uma proposta de pesquisa biográfica que talvez possa produzir resultados positivos na superação da problemática indivíduo/meio. Um dos caminhos tradicionais seria o de apresentar o contexto como uma tela ampla e a partir daí recuperar as ações individuais. Teríamos então um relato linear, no qual os personagens seriam apenas compreensíveis dentro de seu meio e limitados por este. Assim, os atores individuais são colocados de fora para dentro, inseridos em um panorama já estabelecido.

A proposta acima supõe que o contexto contenha previamente os campos de abertura nos quais os indivíduos possam se encaixar. As trajetórias pessoais são inteligíveis na medida em que se coadunam com o contexto. Nessa perspectiva, fica difícil analisar os conflitos, as possibilidades de resultados diferentes daqueles com os quais os indivíduos se depararam.

Nosso vetor de análise é distinto. Ao privilegiarmos aquilo que nosso próprio personagem entendia como sendo o espaço e tempo mais significativos da sua vida, aquilo que constituía sua mais importante contribuição – a construção da grande siderurgia brasileira – acreditamos estar invertendo a velha lógica de apresentação do contexto como ponto de partida para as ações dos personagens. Buscamos aqui situar Macedo Soares como fio condutor da análise, onde suas percepções, visões do problema siderúrgico e estratégias de ação são mais relevantes. E em função de suas opiniões e propostas, podemos perceber com mais clareza a pluralidade e a complexidade de toda a trama que logrou a instalação da usina de Volta Redonda. Com efeito, a vitória do governo brasileiro em construir uma grande siderúrgica em território nacional era *uma* das possibilidades delineadas dentro do debate travado a partir de 1930 sobre os rumos da economia nacional e não a *única*. Portanto, aprisionar os personagens da trama como se fossem participantes de um enredo cujo final já estava previsto é um grave equívoco.

Como síntese de nossas preocupações ao elaborar este texto, acreditamos como Giovanni Levi (1996, p. 179-180) que

nenhum sistema normativo é de fato suficientemente estruturado para eliminar toda possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou interpretação das regras, de negociação. Parece-me que a biografia constitui nesse sentido o lugar ideal para se verificar o caráter intersticial – e ainda assim importante – da liberdade de que as pessoas dispõem, assim como para se observar a maneira como funcionam concretamente os sistemas normativos que nunca estão isentos de contradições.

Notas

¹ As complexas relações entre política econômica e política externa constituem o tema de nossa dissertação de mestrado. Neste trabalho, procuramos relacionar as duas questões a partir do estudo de caso da formação da Companhia Siderúrgica Nacional. Ver: AVELAR, Alexandre. *Diplomacia e política econômica entre 1930 e 1941: a formação da Companhia Siderúrgica Nacional*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – UERJ, Rio de Janeiro.

² Edmundo de Macedo Soares. Depoimento ao CPODC. Entrevista 1, p. 79. Arquivo Macedo Soares – EMS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

³ Quando da paralisação dos trabalhos da Comissão em 1932, Macedo Soares havia recebido permissão do Ministério da Guerra para viajar à Europa, onde permaneceu de janeiro a setembro, primeiro integrando a delegação brasileira na Conferência Internacional do Trabalho e, depois, realizando estágios em usinas italianas.

⁴ A questão do contrato da Itabira era ainda motivo de acaloradas discussões dentro do

governo Vargas. Uma outra comissão formada dentro do Ministério da Viação votara pela elaboração de minutas para um novo contrato. Com duas posições antagônicas em mãos, Vargas nomeia uma outra comissão composta por onze integrantes – Comissão dos Onze – para dar nova posição sobre o assunto. A proposta era favorável a Farquhar. A exportação de minério continuaria a ser feita – em novos moldes previstos em novo contrato – e a obrigatoriedade da construção de uma usina seria abolida. A polêmica não se arrefeceu e somente em 1939 é decretada a caducidade do contrato da Itabira.

⁵ Diversas informações referentes à siderurgia chegavam provenientes de várias representações diplomáticas no Exterior, casos da Colômbia, França, Inglaterra, Suécia, Polônia, Chile, Bélgica, Japão, Argentina, entre outros. Arquivo Histórico do Itamarati. Seção de documentos sobre a siderurgia.

⁶ Carta de Oswaldo Aranha a Macedo Soares, datada de 27/3/1939. Arquivo Oswaldo Aranha – OA 39.03.27/2. CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

⁷ Cartas de Herman Greenwood a Macedo Soares datadas de 11, 12 e 16 de dezembro de 1939. Arquivo Getúlio Vargas – GV 39.12.11. CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

⁸ Carta de Getúlio Vargas a Carlos Martins datada de 1º de dezembro de 1939. Arquivo Vargas – GV 39.12.01. CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

⁹ Carta de Carlos Martins a Getúlio Vargas, datada de 25 de janeiro de 1940. Arquivo

Vargas – GV 40.01.09. CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

¹⁰ Carta de Carlos Martins a Getúlio Vargas, datada de 27 de fevereiro de 1940. Arquivo Vargas – GV 40.01.09. CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

¹¹ Em junho de 1940, a embaixada alemã no Brasil acena ao governo Vargas com a possibilidade de cooperação do *Reich* para a construção da usina em troca de produtos primários brasileiros (apud Silva, 1972).

Referências bibliográficas

AVELAR, Alexandre. *Diplomacia e política econômica entre 1930 e 1941: a formação da Companhia Siderúrgica Nacional*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – UERJ, Rio de Janeiro.

BAER, Werner. *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CANDAR, Gilles. *Le Statut de la biographie: essai de chronologie*. Communication au cours du séminaire 1999 de l'IRMC, dans le cadre de la séance ayant thème "l'histoire culturelle en questions." Paris: 1999.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Ed. da Unesp/Fapesp, 2000.

FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GOMES, Francisco de Assis Magalhães. *História da siderurgia no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1983.

HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MOURA, Gérson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOTTA, Marly Silva da. *O relato biográfico como fonte para a história*. Rio de Janeiro: Textos CPDOC, 2000.

SCHMIDT, Benito Bisso. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: _____. *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

SILVA, Hélio. *1939: véspera de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SOARES, Edmundo de Macedo. *Um construtor do nosso tempo: depoimento ao*

CPDOC. Organização de Lúcia Hippolito e Ignez Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, 11v.

WIRTH, John. *A política de desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

Fontes primárias utilizadas

Arquivo Nacional:

- Arquivo do Conselho Federal do Comércio Exterior. Processos.

Fundação Getúlio Vargas: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC):

- Arquivo Getúlio Vargas.
- Arquivo Macedo Soares.
- Arquivo Oswaldo Aranha.
- Arquivo Sousa Costa.

Arquivo Histórico do Itamarati :

- Telegramas e ofícios: Rio-Washington-Berlim, 1930-1945.
- Seção de documentos sobre siderurgia, 1928-1945.